

Intervenção de António Quitério (SPGL/FENPROF)

Fórum «Água é de todos» Voz do Operário

Lisboa, 29 / 11 / 2011

A escola não é um mero espaço para aprender a ler, a escrever e a contar.

É um local vivo, onde a comunidade escolar tem um papel ativo, contribuindo, cada um, com o seu saber, para a construção de uma sociedade sustentável, participativa e criativa aprendendo e ensinando, em cooperação, a ser-se cidadão.

É deste ato de cidadania, enquanto educadores, professores, investigadores homens e mulheres, que emerge a defesa da “coisa” pública, levar quem está ao nosso lado a entender que compete ao Estado garantir o acesso de todos aos seus direitos.

A educação e a saúde são direitos inerentes a todos os seres humanos.

A água é essencial à vida.

O único garante dos direitos dos cidadãos é o Estado.

O garante tem de ser universal e de qualidade.

Os nossos impostos são para que o Estado garanta os direitos e faça a gestão dos recursos que são da comunidade, o que justifica que o acesso aos direitos tenha de ser universal e de qualidade para todos e todas.

A FENPROF, assim como os seus sindicatos, defendem e lutam, por uma escola pública e de qualidade, para que todos tenham acesso, nas mesmas condições, ao conhecimento, à aprendizagem, ao desenvolvimento, tanto individual como coletivo.

Estamos convictos que a educação e ensino têm um papel fundamental no processo do desenvolvimento humano, social, político, económico e cultural de qualquer pátria. Vamos levar aos professores, educadores, alunos e comunidade educativa a exigência da proteção da água, enquanto bem público.

Consciencializemo-nos da importância da água, é um bem que não se produz. É imperativo que seja gerido de forma responsável, ecológica e sustentável, visto que é de todos.

Sendo um bem comum, só pode ter gestão pública.

O Estado tem como dever ampliar e maximizar o bem-estar dos cidadãos, assim como fazer a distribuição equitativa da riqueza social.

A atitude do poder, impondo a sua visão de utilizador pagador, tem sido utilizada para retirar direitos, alegando que o faz em nome do bem público.

Os serviços de natureza pública, que ao estado competem, não podem ser mercantilizados.

A FENPROF e os seus sindicatos vão levar às escolas a defesa da água enquanto património coletivo e direito humano fundamental, contra a privatização da água, em defesa da gestão pública.

Vamos tudo fazer para que esta iniciativa legislativa de cidadãos tenha sucesso.